

## APRESENTAÇÃO

Uma vez mais a Revista *Polifonia* cumpre o propósito acadêmico de levar aos leitores pesquisas sobre estudos literários com artigos que abordam obras e autores diversos. Os artigos que compõem este número foram elaborados por professores vinculados a Programas de Pós-graduação nas áreas de Estudos Literários, com experiência em análises críticas, e que aqui socializam suas pesquisas.

Em linha temporal se apresentam estudos de obras representativas de importantes momentos da História da Literatura Universal, confirmando que a realidade social é a fonte onde a literatura e a história buscam seu alimento mútuo e se condicionam. Há estudos que nos trasladam às Crônicas da Conquista de América, nas quais podemos observar a concepção medievalista dos cronistas ao julgar o *maravilloso* destas terras americanas. Logo se retoma a qualidade literária de Cervantes e sua ímpar obra *Don Quijote de La Mancha*; bordeando as fronteiras peninsulares nos acercamos ao bardo inglês William Shakespeare para analisar o teatro clássico. Atravessamos o oceano e nos dirigimos ao contexto brasileiro, onde são objeto de estudo a condição do “jagunço” e da “donzela-guerreira” na obra *Maria Moura*; a “brasilidade” segundo a concepção marioandradina e, logo, um tema quase esquecido pela crítica: o gênero policial. Situamo-nos no Estado de Mato Grosso para analisar as práticas de leitura dos séculos XIX e XX. Finalmente se apresentam as polêmicas suscitadas por Julio Ribeiro, pelo uso de uma norma ortodoxa na língua portuguesa.

Na sequência, uma síntese dos artigos.

Elsa Heufemann-Barria, estudiosa das Crônicas da Conquista Americana, em seu artigo *El maravilloso mundo vislumbrado en la primera vuelta al mundo*, nos transporta à epopéia da aventura dos conquistadores e seu registro escrito em uma das tantas obras que surgiram para descrever a trajetória da travessia, seu encontro com os indígenas e a natureza exuberante. A autora registra como os conquistadores estavam contagiados pela mentalidade medieval, na qual “a magia, o inexplicável, o sobrenatural” formavam parte do cotidiano. Assim os europeus do século XVI “inventaram” a América, por terem encontrado um mundo tão diferente daquele já conhecido por eles, que desafiava todo um acúmulo de tradições. Com frequência se encontra nos documentos escritos o registro do maravilhoso pela impossibilidade de interpretar a diversidade da natureza americana.

A autora seleciona a crônica *El Primer viaje alrededor del mundo*, escrita por Antonio Pigaffeta em 1525, data suposta, observando nela, acerca do autor, “seu profundo fervor religioso, sua inabalável fé e profunda espiritualidade...” atribuindo a Deus seus logros. Também aí se encontram elementos vistos pelo cronista como fenômenos maravilhosos baseados nas novidades trazidas pelos navegantes, que se alimentavam das leituras dos Livros de Cavalaria, muito em voga na época, e pela religiosidade católica. Sustentada nas idéias de Jacques Le Goff, entre outros, a autora desvenda teórica e historicamente o “maravilhoso” a partir do que o estudioso medievalista entende dos conceitos *magicus*, *miraculosus* e *mirabilis*. Mas, é a concepção de *miravilha* e *miraculoso* que a autora enfatiza ao mostrar que esses conceitos são tão antigos quanto o surgimento de noções sociológicas que tentam explicar fenômenos que não tinham explicação científica.

Continuando com os estudos da literatura clássica, outro artigo elaborado por Célia Navarro Flores (UFP), sublinha uma vez mais a riqueza literária do famoso livro de Cervantes, *El ingenioso Hidalgo don Quijote de La Mancha*. Pela perspectiva bakhtiniana, a autora compara aspectos comuns como a comicidade carnavalesca, de

personagens desta obra com personagens do *Romance d'A Pedra do Reino*, de Ariano Suassuna. A autora trabalha com um episódio da extensa obra cervantina e doze capítulos da obra de Suassuna. Por meio dos estudos feitos sobre o caráter humorístico das duas obras, incluindo os realizados pelo próprio Suassuna, a pesquisadora mostra que a obra de Cervantes é um dos romances mais carnavalescos da literatura mundial, o que é demonstrado através de diálogos em situações diversas de vários personagens, discursos do próprio Don Quijote, ou de Sancho Panza. A autora conclui que “a degradação da ideologia e do ritual cavaleiresco” (BAKHTIN, 1996, p.18) é o elemento fundamental da carnavalização da obra cervantina. Nos episódios da obra de Suassuna se percebe, de igual maneira, a degradação e o rebaixamento total dos rituais cavaleirescos: os cavalos magros, as capas das Cavalhadas, os penicos utilizados como armas e outros.

Trasladando-nos ao século XVI e ao teatro inglês, Elisana de Carli e Adriana da Costa Teles, especialistas nos estudos do teatro clássico, discutem alguns pontos acerca do caráter de ruptura do teatro trágico com a máxima figura do teatro inglês: William Shakespeare. Nesse sentido, acodem a duas obras do autor: *Hamlet* e *Otelo*, para registrar que “Shakespeare quebra com paradigmas clássicos e rompe também com os de sua própria época, instaurando um novo estilo de tragédia de vingança”. Como afirmam as autoras, era de se esperar que os dramaturgos da época não concordassem com as novas propostas do bardo inglês, pois se concebia a poética aristotélica como um receituário teórico que teria de ser respeitada. Com Shakespeare, o tempo, o espaço e o conflito são trabalhados de maneira dinâmica e não estática como no teatro clássico, de maneira que o efeito de suas mudanças foram suficientes para conquistar o espectador que percebe que o espaço ficcional não é dado a um retrato em espelho da realidade, mas, existe para mostrar as tensões que o movem, problematizando a realidade e a postura do homem em relação a ela. A ruptura shakespeariana é enfatizada porque o dramaturgo “aponta para o nascimento de uma nova maneira de se relacionar com o mundo, o qual soube brilhantemente captar e transpor para os palcos: “o teatro preso aos paradigmas clássicos não continham o vigor de retrato de uma época e suas tensões nascentes, o que Shakespeare soube magnamente incorporar à sua arte e que garantem sua genialidade”.

Deixamos o espaço dos estudos de autores clássicos para nos transportar ao Brasil das primeiras décadas do Século XX, época do surgimento do Movimento Modernista. A pesquisadora Sirlei Silveira (UFMT), estudiosa da obra de Mário de Andrade, com seu artigo *A brasilidade marioandradina*, quer retomar a discussão sobre a ideia de brasilidade formulada pelo autor de *Macunaíma* e sua inserção no debate sobre a construção da nação brasileira. A estudiosa expõe que Mário de Andrade é um dos poucos escritores da época preocupado em mostrar o papel comprometido do escritor. Ele era portador de um forte sentimento nacional, desejoso de mudanças e da modernização de seu país. Na concepção do autor, o escritor devia tomar consciência de seu compromisso e sair da torre de marfim e dos palácios de governo para conhecer melhor a realidade da nação, participando nas lutas contra os resquícios feudais e as ditaduras obsoletas. Nessa perspectiva o autor levantava a bandeira de conhecer o Brasil em sua heterogeneidade étnica, linguística, social, cultural para manter a singularidade na pluralidade. É no conhecimento da heterogeneidade que o modernista fundamenta a ideia da identidade nacional e cultural. Nesse senso, era no folclore que o autor de *Macunaíma* acreditava estarem as fontes da nacionalidade como sentimento e manifestação da unidade do povo brasileiro. O folclore, em suas variações, seria o elemento definidor do patrimônio cultural da *nação*, do enraizamento da *cultura*

*brasileira*. Portanto, “o artista deveria sair da esfera do absoluto, mesclar-se com o realismo social, acasalar-se com a política e com os estudos sociológicos – dedicar-se ao Brasil, abraçá-lo”. A pesquisadora opina que Andrade estava preocupado em explicar o Brasil e a sua gente, e mostra que há dos pontos tensos e contraditórios em sua poética: “[...] o sentido do compromisso, marcador da modernidade dos seus primeiros trabalhos e a ligação com a produção literária popular, fator básico de conhecimento do povo brasileiro, tendo em vista a necessidade de independência artística, social e econômica do país”. Esses pontos podem ser evidenciados na obra *Macunaíma*, “elaborada a partir de seus estudos etnográficos” porque reflete a heterogeneidade e as contradições da realidade brasileira. “No limite, *Macunaíma* é uma sátira à maneira etnocêntrica de como as diferenças e as desigualdades eram interpretadas pela intelectualidade que pensava o país e a sua gente”.

Continuando com os estudos literários brasileiros, Walnice Matos Vilalva (UNEMAT) faz uma análise da obra *Memorial de Maria Moura*, romance de Rachel de Queiroz, publicado em 1996. Nele, a pesquisadora reflete sobre a problemática da condição jagunça e afirma que esta não é uma atitude recorrente da donzela-guerreira, sobretudo se pensada a partir da produção oral. A donzela-guerreira integra o exército, organização legítima que age em defesa do Estado; entretanto, “o bando, representaria a sociedade marginal, alternativa, e muitas vezes criminosa, pois, o que os move é o desejo pela terra e a possibilidade de se tornarem, todos eles, também proprietários”. Nesse sentido, não lutam apenas pelo desejo de outrem, mas defendem seus próprios interesses; não vagam por tempo indeterminado no sertão: vão, sim, em busca da terra desejada e por isto se instauram como importante componente na composição formal da personagem donzela-guerreira no Brasil, segundo registra a autora. No entanto isso não ocorre com os membros do bando de Maria Moura.

Matos Vilalva sublinha a ideia de que Maria Moura empreende uma busca que se torna possível diante de três fatores: “a relação de poder estabelecida entre ela e os caboclos (sinhazinha/empregado); em segundo, a existência da terra; e, em um terceiro plano, a instauração da possibilidade de divisão, dessa mesma terra, com os caboclos”.

Outro artigo, ligado por outras vias com o literário, produzido Franceli Aparecida da Silva Mello, tem como objeto de pesquisa as diversas práticas de leitura nos séculos XIX e XX no Estado de Mato Grosso. Sob a perspectiva de uma prática sócio-cultural que deveria garantir o acesso à cultura escrita, a autora discute esta temática indicando a série de problemas que o pesquisador enfrenta pela falta de uma bibliografia especializada sobre o assunto. Deste modo, há que se “recorrer a fontes menos ortodoxas” para obter informações mais próximas à realidade, como, por exemplo, as obras literárias de maior circulação na época, as de maior número de edição, até as mais vendidas, acudir as bibliotecas, as casas editoriais, para descobrir quais as práticas de leitura. O artigo traz um referencial histórico sobre a história da leitura, mapeando obras e autores, bem como abordagens teóricas para sustentar que as obras literárias são um excelente recurso para descobrir práticas e tendências de leitura, autores e nacionalidades. Para ilustrar, a autora estudou a obra *Piedade*, de José de Mesquita, na qual encontra boa quantidade de referências de autores e obras e outros aspectos de não menor importância.

Abordando um outro universo da produção literária, Maria Lídia Lichtscheidl Maretti e Elaine Cristina Caron, no artigo *Os detetives e os crimes do texto: as narrativas policiais na pós-modernidade*, deliberam sobre este tipo de narrativa aludindo que, pelo assunto tratado - intriga, assassinato, perseguição com suspense e medo, investigação e desvendamento -, o gênero sempre fora garantia de

sucesso. No entanto, “o gênero ficou relegado ao rol de literatura de massa e foi até considerado pseudo-literatura”. As autoras fazem um percurso histórico sobre a novela policial, remontando ao iniciador do gênero. Entre os detetives famosos são nomes lembrados Auguste Dupin, Sherlock Holmes e Hercule Poirot, bem como lembram as diferentes mudanças que a narrativa policial sofreu com o passar do tempo, ao romper com o inicial esquema básico e os caracteres peculiares. As autoras analisam o romance *Borges e os orangotangos eternos* (2000), de Luis Fernando Veríssimo, a fim de observar a importância do leitor no processo de significação da obra e encontrar nas entrelinhas as pistas que levam ao desvendamento dos crimes.

O professor Mauricio Silva (FMU/São Paulo) analisa alguns conceitos gramaticais da historiografia lingüística brasileira, as polêmicas resultantes de reformas ortográficas e sobre o uso de diversos estrangeirismos na escrita portuguesa. O autor remete à rigorosidade da ortodoxia “dos guardiões do vernáculo português” fazendo com que “a língua portuguesa oscilasse entre uma linha de tendência conservadora e outra de abertura e renovação”. No cenário dessas polêmicas se destacará, segundo o articulista, a controvertida figura do romancista e gramático mineiro Júlio Ribeiro, que “denota flagrante adoção do determinismo biológico, em sua generalização da luta pelo aperfeiçoamento racial”. O autor ressalta que, desde o primeiro texto da série, Júlio Ribeiro expande a idéia do purismo lingüístico como forma política de controle social, para a concepção da norma como modo de aperfeiçoamento racial, dando nova dimensão à discussão acerca da política lingüística, na medida em que suas próprias palavras sugerem que uma raça será tanto melhor, quanto mais perfeita for a linguagem empregada por seus componentes.

Ao apresentarmos um breve resumo dos artigos que contém este número da Revista *Polifonia*, queremos abrir diálogo com os próprios autores e os leitores, para intercambiar opiniões, enriquecer os estudos sobre crítica literária e estimular a produção de outros textos. Esperamos que desfrutem da leitura destes artigos.

Rhina Landos Martínez André